

atanados, barris de melaço, varas de parreira, etc. Já a carga das frotas do Maranhão e Grão-Pará era constituída de: açúcar, cacau, cravo, salsaparrilha, tabaco, café, carimã, baunilha, madeiras, etc.

Sentimos apenas que, noticiando as numerosas arribadas de naus do Oriente no Brasil, não nos adiante o jornal mais detalhes sôbre a sua carga ou mesmo a identificação dos navios, impedindo-nos, assim, de um levantamento estatístico dos mais valiosos.

Aguardemos a publicação dos demais volumes que, por certo, completarão êste, nos resultados da fecunda pesquisa encetada pelo ilustre professor coimbrão.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA.

* * *

FURTADO (Celso). — Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1959. 291 págs.

O presente livro do economista Celso Furtado, o mais recente esforço de análise do processo histórico de formação da economia brasileira, está destinado a se tornar desde logo um trabalho clássico, dado o alto nível de seu esquema explicativo e a riqueza de suas sugestões. Nos limites desta resenha, tentaremos fixar somente a linha mestra da explicação, duma vez que a densidade das reflexões exigiria uma longa exposição para acompanhar todos os seus passos.

Examinando do ponto de vista do fluxo da renda as várias fases da história econômica do Brasil, o Autor consegue configurar as diferentes "economias" que se constituíram no decorrer desse processo, assinalando suas diferenças e semelhanças. Dêste modo, sua indagação se orienta para o mecanismo interno de funcionamento desses "sistemas", a fim de explicar a sua forma de evolução. Na "economia escravista de agricultura tropical", primeira forma estudada, a renda gerada no setor ligado ao mercado externo, centro dinâmico da economia colonial, expressa no valor das exportações. consome-se na importação dos produtos manufaturados dos centros metropolitanos. A economia açucareira, dado o alto grau de concentração da renda e sua impossibilidade de multiplicação interna, reage ao setor dinâmico (mercado externo), quando em expansão, crescendo extensivamente, e, quando em retração, regredindo para formas de economia de subsistência, preservando, contudo, a estrutura. Apesar de algumas diferenças mais ou menos importantes, no essencial a "economia escravista mineira" apresenta as mesmas características básicas da forma anteriormente estudada. Sua decadência importou, também, numa aplicação da economia de subsistência, cuja produção não se integra num sistema de trocas.

A implantação e desenvolvimento da economia cafeeira promoveu a superação daquele mecanismo. Embora decorrente também do estímulo externo e apresentando de início as mesmas características que as formas anteriores quanto ao fluxo da renda, a transição para o trabalho assalariado, que lhe serve de base ao crescimento, impli-

cou em uma nova forma de repartição da renda e de sua multiplicação interna — um novo tipo de fluxo de renda —, abrindo caminho para a formação de um mercado interno, antes inexistente. Por isso, se a dinâmica do novo sistema ainda responde ao aumento da procura externa por um crescimento extensivo, a retração do mercado exterior provoca agora a reação dos mecanismos de defesa que, visando a manutenção do nível de emprêgo, iniciarão a passagem para um sistema industrial, cujo setor dinâmico é agora o mercado interno. Uma nova classe empresária, significativamente diversa das antigas aristocracias rurais, manipulando os instrumentos de poder, capitaneia êsses mecanismos de defesa, que se consubstanciaram nas várias políticas de valorização do café. Das dificuldades de manutenção dessa defesa de interesses, empiricamente conduzida, nascerão as tentativas de constituição de um núcleo industrial com base no mercado interno em expansão. Os trâmites e os percalços dêste processo são detidamente estudados na quinta e última parte do presente trabalho.

O problema do desenvolvimento do regime assalariado de trabalho é examinado em quatro capítulos de importância fundamental. Em primeiro lugar, procura-se demonstrar a impossibilidade de as populações ligadas à economia de subsistência se constituírem numa oferta efetiva de mão-de-obra para o setor cafeeiro em expansão, em vista da própria organização social do setor subsistência (vinculação do camponês aos grupos chefiados pelos proprietários de latifúndios). Em seguida, explicita-se a solução encontrada, isto é a formação da corrente imigratória para as grandes plantações, duma vez que a supressão do tráfico estancara a oferta de escravos. Sob a denominação talvez inexata de “transumância” amazônica se explica a solução encontrada para o fornecimento de mão-de-obra à economia amazônica na época do apogeu da borracha. De fato, o efeito acumulativo da recorrência secular de fases de prosperidade e regressão econômica no nordeste, fêz com que se manifestasse no fim do século passado um desequilíbrio estrutural na economia de subsistência nordestina, traduzido numa pressão demográfica sôbre o espaço utilizável — situação aliviada precisamente pelas necessidades de mão-de-obra da economia da borracha. Finalmente, o Autor examina os efeitos da eliminação do trabalho escravo para a ampliação da oferta de mão-de-obra.

E' óbvio que um resumo como êste, que tenta revelar apenas o esqueleto da obra, importa num certo empobrecimento do seu conteúdo. Por isso, não iremos respigar, no decorrer de suas páginas, motivo para observações de detalhe. Limitar-nos-emos a dois comentários sôbre o esquema geral acima sintetizado.

Em primeiro lugar, parece-nos legítimo indagar quais as bases estruturais que condicionam no curso da história as diferentes formas de fluxo da renda, nervo da explanação de Celso Furtado (1).

(1). — Conferir, para êste passo, Fernando Henrique Cardoso, “Condições sociais da industrialização de São Paulo”, *Revista Brasiliense*, março-abril de 1960, pp. 31-46.

Afigura-se-nos insuficiente a simples vinculação do fenômeno ao aparecimento do trabalho assalariado; êste processo, na realidade, resulta por sua vez de uma convergência de fatores, que serão, posteriormente, ativados pelo próprio trabalho livre em expansão. De fato, pressupondo um certo grau de divisão social do trabalho, a instauração do trabalho assalariado aciona o processo de mercantilização da produção e integração do sistema de trocas; em outras palavras, a mercantilização da força de trabalho, fruto da produção mercantil, é condição para a sua expansão e penetração em todo o organismo social. Ao mesmo tempo, o trabalho livre pressupõe o trabalhador desprovido de meios de produção, abrindo caminho para a constituição da produção capitalista — fundamento da nova forma de repartição e multiplicação da renda analisada no texto. Nesta perspectiva, a investigação, para aprofundar a análise até às determinações mais internas do processo histórico, deveria esboçar as etapas da instauração das condições capitalistas de produção no Brasil.

Ora, isto nos conduz à segunda observação: é impossível desvendar êsse processo de constituição da economia capitalista no Brasil sem integrá-lo, como um elemento do processo geral de formação e desenvolvimento do capitalismo moderno. Não resta dúvida que êste livro traz uma notável contribuição no sentido de explicar as relações da economia brasileira com o mercado mundial, nas várias fases de sua história. Mas as vinculações sistemáticas se colocam num outro nível. Assim, seria preciso analisar a posição das economias escravistas coloniais, e a do Brasil entre elas, geradas dentro do sistema capitalista numa fase de sua formação (a própria explicação da escravidão colonial somente nesta perspectiva adquire pleno sentido), e o modo pelo qual, numa etapa superior de desenvolvimento, o capitalismo industrial promoverá a superação destas estruturas outrora necessárias e já agora obsoletas. Pensamos, por exemplo, na penetrante análise de Eric Williams sobre a realização dêsse processo nas Antilhas Ingêlasas.

E' claro que não pretendemos desenvolver êsses problemas numa simples resenha. Não os apontamos com vistas a desvalorizar a obra em questão, mas pelo contrário para mostrar como ela sugere a discussão dos problemas básicos da história econômica do Brasil. A importância de sua contribuição, na realidade, é tal, que ela poderá ser discutida, mas não ignorada por quantos doravante tiverem a envergadura necessária para atacar êsses grandes problemas.

FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS

* * *

COSTA (João Cruz). — **Panorama da História da Filosofia no Brasil.**
Coleção Letras Brasileiras. Editora Cultrix. São Paulo, 1960.

Intitulando o seu último trabalho "Panorama da História da Filosofia no Brasil", o prof. João Cruz Costa dá-nos enseja a algumas interrogações. Pretenderá falar da História da Filosofia, no Brasil, ou da Filosofia no Brasil? Por sua vez, os estudos e manifestações